



## **AGROECOLOGIA E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EMANCIPAÇÃO FEMININA<sup>1</sup>**

BETANHO, Cristiane<sup>2</sup>; LOPES, Gislene Reis<sup>3</sup>; **LOPES, Jéssica Caroline Fonseca<sup>4</sup>**

<sup>2</sup> Doutora, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG), [crisbetanho@ufu.br](mailto:crisbetanho@ufu.br)

<sup>3</sup> Especialista em Gestão com ênfase em Pessoas, Fundação Dom Cabral (FDC), Belo Horizonte (MG), [gizalopes1@gmail.com](mailto:gizalopes1@gmail.com);

<sup>4</sup> Bacharel em Direito, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG), [jessicaflopesadv@gmail.com](mailto:jessicaflopesadv@gmail.com)

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo é abordar a economia popular solidária sob a perspectiva de gênero e da agroecologia, e verificar de que maneira esta forma de organização socioeconômica pode representar uma alternativa de empoderamento e emancipação para as mulheres do campo. A partir da análise das iniciativas econômicas solidárias incubadas pelo CIEPS/UFU (Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia), buscou-se destacar a participação feminina na construção desse movimento, bem como na implantação de práticas de sustentabilidade nestes empreendimentos. Os resultados confirmam o papel indispensável das mulheres no desenvolvimento de um modelo econômico, sustentável e igualitário, imprescindível para a superação das dicotomias de gênero existentes no cenário atual. Conclui-se que a participação feminina nas iniciativas de economia popular solidária, vinculadas aos princípios agroecológicos, é a forma mais eficiente de efetivação do ideal de sustentabilidade, na medida em que consolida uma alternativa aos meios tradicionais de produção.

**Palavras-chave:** Economia popular solidária. Sustentabilidade. Agroecologia. Feminismo.

### **INTRODUÇÃO**

O modelo capitalista de acumulação de riqueza, bem como a desregulamentação de mercados e a flexibilização do processo de produção, têm mudado a forma de organização social e econômica, com a consequente diminuição de direitos e postos de trabalho (ANTUNES, 2004). Diante destas alterações e de tantos desafios relacionados ao acesso aos meios produtivos, em contrapartida ao crescimento e desenvolvimento econômico do país, a economia solidária apresenta-se como uma alternativa baseada em conceitos como autogestão e trabalho coletivo que permite a geração de trabalho e renda de forma menos concentrada e mais igualitária.

A ideia norteadora de inclusão e melhoria de condições de vida no campo, a partir do trabalho coletivo e da distribuição de riqueza, embasa as organizações de economia solidária pautadas pela agroecologia, que se apresentam como uma ferramenta de combate a pobreza e ao desemprego. Estas iniciativas são guiadas pela necessidade de criação de alternativas no modo de produção capitalista, que segrega e concentra a riqueza, além de marginalizar grande parte dos trabalhadores, principalmente rurais. Estes trabalhadores, ao associarem-se livremente a partir de sua identidade coletiva, criam meios de enfrentar os desafios econômicos que são, cada vez mais, inerentes ao processo produtivo.

A Economia Popular Solidária (EPS) se pauta, nesse sentido, pelos princípios da solidariedade, do autodesenvolvimento e da responsabilidade social efetiva. São organizações que não atuam nos mercados de forma isolada e competitiva, mas, sim, em cooperação e solidariedade.

---

<sup>1</sup> Resultado parcial do projeto "Apoio a continuidade dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários no município de Uberlândia e Região do Triângulo Mineiro (MG)", financiado pelo MTb-SENAES/CNPq.



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Classificadas como associações de trabalhadores, cooperativas ou grupos informais se organizam e se articulam com a esfera pública buscando espaços de comercialização, estas organizações interagem com a comunidade e com os consumidores, vinculando-se à Universidades, incubadoras, ONGs e entidades que oferecem suporte para que assimilem os conhecimentos fundamentais de técnicas de produção, formas de comercialização e apoderação dos frutos gerados por seu trabalho (FERNANDES; BETANHO, 2017).

A agroecologia, por sua vez, atua como uma maneira de produzir sem agredir o ambiente, criando relações de produção humanas e estimulando o consumo consciente e sustentável ancorado no combate à degradação ambiental, numa forma de agricultura que pretende superar os danos causados à biodiversidade e à sociedade pela utilização de pesticidas, transgênicos, agrotóxicos, fertilizantes industriais e pelas monoculturas, que empobrecem o solo e trazem consequências como a contaminação dos lençóis freáticos, erosão, problemas de saúde para o trabalhador do campo e para os consumidores, entre outros.

Frente à expressiva participação e responsabilidade das mulheres nas iniciativas solidárias no campo e sua posição como principais vítimas da opressão imposta pelo atual sistema patriarcal e capitalista, faz-se necessário reconhecer sua vulnerabilidade socioeconômica e discutir os meios possíveis para sua emancipação através do trabalho nas associações e cooperativas populares solidárias.

As mulheres encontram-se tradicionalmente na base da pirâmide econômica, pois recebem menos recursos financeiros por sua atuação profissional. Conforme dados do retrato da desigualdade no Brasil, elaborado pela OXFAM em 2018, houve, pela primeira vez em 23 anos, um recuo na equiparação de renda entre os gêneros, e ficou ainda mais distante a equivalência de rendimentos entre homens e mulheres no país. Esta realidade leva às mulheres a criarem meios para diversificar suas formas de sobrevivência, e impulsionar a criação de ações empreendedoras embasadas nos valores coletivos e familiares que possuem grande impacto na economia (NATIVIDADE, 2007).

Diante dos novos desafios que circundam a participação feminina no macrocosmo da economia pelo seu trabalho, vem crescendo a participação empreendedora, nem sempre vinculada a uma ação profissional formalizada, e ainda com pouca ou nenhuma orientação de gestão, minimizando a possibilidade de empoderamento, mas presente em busca de crescimento (NATIVIDADE, 2007, p. 232).

Diante do atual momento político em que há uma tendência expressa de redução do financiamento estruturante para mulheres, em contrapartida ao tempo de proeminência da discussão de políticas voltadas à igualdade de gênero experimentada nos últimos anos, é necessária a reflexão sobre o papel feminino na consolidação das iniciativas agroecológicas de economia solidária e sobre as políticas públicas afirmativas, com o direcionamento de esforços e recursos para diminuir o cenário de vulnerabilidade social. Conforme Dalmo de Abreu Dallari, não basta afirmar que todos são iguais perante a lei, é indispensável que sejam assegurados a todos, na prática, um mínimo de dignidade e igualdade de oportunidades (DALLARI, 2004).



Assim, o objetivo do presente estudo é identificar a participação feminina nas organizações agroecológicas incubadas pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia (Cieps/UFU), bem como avaliar os impactos na adoção de práticas sustentáveis e na emancipação de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir de sua organização em grupos para a troca de saberes, aprendizagem, fortalecimento dos laços comunitários e geração de renda, como a comercialização de artesanatos na Feira de Economia Popular Solidária. Além disso, pretende-se destacar a importância do feminismo para a trajetória sustentável trilhada pelas Organizações Produtivas Solidárias (OPS), uma vez que cabe às mulheres a perpetuação dos princípios que regem tanto a agroecologia, quanto a economia popular solidária, não sendo possível se falar em agroecologia sem passar pelo feminismo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi baseada na técnica de abordagem dedutiva, uma vez que se pretendeu verificar de que forma os fenômenos sociais se relacionam com as associações de economia solidária incubadas pelo Cieps/UFU. A análise do tema se deu de forma qualitativa, com a realização de pesquisa bibliográfica e documental, a fim de elucidar como estas iniciativas interferem na estrutura econômica e social local. As pesquisadoras lidaram com a realidade social dos entrevistados, com o intuito de compreender seus comportamentos e percepções. Para isto, foi realizada uma pesquisa-ação que, segundo Thiollent (1986), é definida como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p. 14).

A população pesquisada é composta por agricultores familiares que passaram pelo processo de incubação do Cieps/UFU em Uberlândia/MG e realizaram a transição agroecológica por meio do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica vinculado à incubadora. A pesquisa com grupos foi realizada através da observação participante, realizada a partir de conversas contínuas e pouco formatadas, pois "(...) a ênfase está mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado" (BAUER E GASKEL, 2002, p. 64).

A coleta de dados foi realizada utilizando ainda a pesquisa bibliográfica com as palavras-chave: Economia popular solidária; feminismo e agroecologia, em bancos de dados públicos como SciELO, Google Acadêmico, Portal Capes e Repositórios Institucionais de Universidades. A pesquisa bibliográfica, documental e o uso de dados secundários são recursos essenciais a serem utilizados para o mapeamento



do objeto de investigação, permitindo resgatar e examinar conteúdos e arquivos já existentes e possibilitando uma apuração minuciosa das informações ao longo do período de estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As organizações de economia solidária nasceram, principalmente, da associação de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, com o cooperativismo, sistema mais democrático e participativo de atuação econômica coletiva, como resultado da criação de formas próprias de organização social de produção e distribuição anticapitalistas (CARVALHO, 2011). O atual sistema de reprodução do capital favorece a acumulação de riqueza, e representa um mecanismo de exclusão, principalmente das mulheres, o que levou a criação e expansão de estratégias alternativas para produção e geração de renda.

Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, a Economia Popular Solidária é uma resposta dos trabalhadores às mudanças do mercado de trabalho caracterizadas por organizações econômicas coletivas, que realizam atividades de produção de bens e serviços e de comércio e consumo solidário. São características deste sistema a associação em cooperativas e grupos informais, muitas vezes familiares, de pequenos produtores e prestadores de serviço (MTE, 2008).

Enquanto política pública, a economia solidária se insere no Ministério do Trabalho e Emprego através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Segundo sítio próprio, a implementação da economia solidária como política pública se insere em um contexto de transformações do mundo do trabalho, “que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado”. Foi a partir de tais condições que o Governo Federal “assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária” (CARVALHO, 2011, p. 3).

Dentro da definição de Economia Popular Solidária (EPS), o primordial é que as Organizações Produtivas Solidárias (OPS) não estejam movidas apenas pela rentabilidade gerada pela produção, isto é, não busquem apenas o retorno financeiro, e procurem, através da articulação entre pessoas que comungam dos mesmos objetivos, realizar um trabalho em que os resultados gerados possam ser apoderados por estas mesmas pessoas, os trabalhadores, que são os responsáveis pelas formas de produção, pelo capital gerado, pela terra cultivada, pelos recursos naturais que utilizarão e pelo resultado gerado pelo próprio trabalho (FERNANDES; BETANHO, 2017).

As OPS no Brasil, a partir de 2011, passaram a ser parte da estratégia de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria devido a sua capacidade de contribuição para a diminuição da pobreza no país. Para atingir esta finalidade, foram direcionados investimentos para contribuir com a capacidade de auto-organização das comunidades inseridas em situações de vulnerabilidade social, confirmando a economia



solidária como alternativa de emancipação e de redução da desigualdade (SINGER, 2014). O trabalho associado se apresenta como uma oportunidade de promoção de oportunidades para que pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, especialmente as mulheres no campo, que são o enfoque deste estudo, possam obter renda e trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável, da dinamização da cadeia produtiva e das redes de cooperação da agroecologia (SINGER, 2014).

A trajetória percorrida pelas associações femininas da economia popular solidária passa necessariamente pela criação de políticas públicas voltadas diretamente ao incentivo da participação das mulheres no cenário econômico do país. Entende-se por políticas públicas as diretrizes relacionadas a planos governamentais e iniciativas estatais que têm como pretensão lidar com situações desafiadoras do âmbito coletivo. Conforme a definição de Castro e Oliveira (2014), é o

conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo. Tais políticas, programas e ações concretizam-se na oferta de bens e serviços que atendam às demandas resultantes das disputas políticas acerca do que é ou deveria ser de interesse público (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 22-23).

A política pública funciona como uma orientação, uma conduta desenvolvida para defrontar um problema público. Dois são os aspectos essenciais que a definem, “intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECHI, 2013, p. 2). O Brasil experienciou a introdução de políticas públicas direcionadas ao estímulo do desenvolvimento social de forma mais abrangente, inseridas dentro de cinco dimensões: social; econômica; político-institucional; territorial e ambiental – através de diretrizes que visam estimular os aspectos sociais e econômicos de forma interligada (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

O crescente aumento dos investimentos em políticas sociais, aliado à ação reguladora do Estado, proporciona a diminuição da desigualdade, que a seu turno promove o aumento da demanda interna, estimulando a economia. (...) a justiça social promove o crescimento econômico e vice-versa (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 47).

Segundo o autor, o ciclo de políticas públicas possui particularidades específicas que variam de acordo com a sociedade, e é um recurso fundamental para construir uma comunidade mais participativa. Isto se dá pelo papel da esfera pública no incentivo ao desenvolvimento sustentável, em uma perspectiva mais abrangente, principalmente a partir da mudança do modelo vigente de compras públicas, tradicionalmente limitadas a fatores financeiros e qualidades materiais, em detrimento dos aspectos relacionados ao fomento social e ao cuidado com o ambiente.



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

O circuito de elaboração e implementação das políticas públicas é, portanto, produto das tensões latentes em cada sociedade e fonte de permanente aprendizado institucional. Afinal, as políticas públicas, ao permitirem a ampliação das habilidades e capacidades dos indivíduos, famílias e grupos, podem ser elemento importante para a melhoria da compreensão dos processos pelos quais passa cada sociedade. Consequentemente, podem ser um elemento para ampliação da participação política e social, bem como para maior defesa e ampliação da igualdade e solidariedade social, tanto entre as gerações atuais como entre estas e as futuras gerações, como princípio e pilar da estruturação da sociedade, fomentando alterações nas instituições estatais fundamentais aos processos de desenvolvimento (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 48).

Mészáros (2007) aponta o fracasso das promessas de se resolver os problemas das esferas sociais através do desenvolvimento tecnológico e da modernização, uma vez que é visível que tais problemas apenas aumentaram. Neste sentido,

Para atingir a sustentabilidade, o homem não deveria em sua totalidade explorar a natureza para além da sua capacidade de renovação, o que implica adotar novos estilos de vida e novos caminhos para o desenvolvimento, menos concentrado no bem-estar pessoal e no lucro, e mais centrado no bem-estar coletivo e no respeito pela dignidade humana e pela natureza. (SZANTO, 1998 apud OLIVEIRA; SANTOS, 2015. p. 193).

Oliveira e Santos (2015) observam que compras públicas sustentáveis fazem parte de uma nova visão na esfera pública, além de ser uma temática que envolve aspectos muito complexos, o que faz com que incertezas e indeterminações sejam questões recorrentes.

É inegável a pressão de setores específicos da sociedade em impedirem critérios que possam beneficiar, por exemplo, cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária, pois esses critérios limitariam a participação de empresas tradicionalmente fornecedoras públicas, as quais não aceitam perder esse espaço. As cooperativas solidárias, por seu compromisso com inclusão social, democracia interna e respeito ao meio ambiente, tornam-se particularmente alinhadas com o que se entende ser objeto de atenção e preocupação do Estado. Tanto que o possível privilégio auferido pelas cooperativas solidárias nas licitações públicas poderia se justificar. Ao integrar diferentes compromissos como erradicação da pobreza, preocupações ambientais, distribuição de renda, equidade e busca do bem comum, acabam por tratar os diferentes de forma diferenciada, atuando de forma a complementar o papel, supostamente, estatal. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 203-204).

Compras públicas sustentáveis são mecanismos que possuem o intuito de “contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras” (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, online). Dentro desta perspectiva destaca-se no Brasil a Lei nº 11.326, de 24 de julho de



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O Decreto Nº 8.473, de 2015, em seu artigo 1º, §1º, estabelece, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei 11.326 de 2006 e que possuam a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP (BRASIL, 2015). Faz-se pertinente destacar a falta de ampliação e de espaço orçamentário destinado pelo governo ao Plano de Agricultura Familiar, embora sua legislação represente um marco na evolução da Agroecologia no país.

As cooperativas solidárias, por seu compromisso com inclusão social, democracia interna e respeito ao meio ambiente, tornam-se particularmente alinhadas com o que se entende ser objeto de atenção e preocupação do Estado. Tanto que o possível privilégio auferido pelas cooperativas solidárias nas licitações públicas poderia se justificar. Ao integrar diferentes compromissos como erradicação da pobreza, preocupações ambientais, distribuição de renda, equidade e busca do bem comum, acabam por tratar os diferentes de forma diferenciada, atuando de forma a complementar o papel, supostamente, estatal (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 203-204).

A agroecologia é definida pela PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), através do Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, em seu artigo 2º, conforme apresentado a seguir:

Art. 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

III - produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação (BRASIL, PNAPO, 2012).

A PNAPO exerce um papel fundamental enquanto política pública nacional, pois integraliza e maximiza iniciativas voltadas para práticas rurais sustentáveis, indo de encontro a movimentos sociais que já trabalhavam pela produção de alimentos livres de agrotóxicos e pela preservação da terra. Como instrumento primeiro desta política foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), cuja principal contribuição está em “ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o PLANAPO contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional”. (BRASIL, PLANAPO, online).

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da UFU, por sua vez, é um organismo ligado à PROEXC (Pró-reitoria de extensão e cultura) que atua como um espaço que abriga núcleos de pesquisas, estudos, observações, análises e reflexões de organizações voltadas à produção de bens, realização de serviços, distribuição de produtos, consumo pelos clientes e crédito aos produtores. Este centro de estudos se pauta em um modelo de cadeia produtiva baseada nos princípios construídos pela Economia Popular Solidária, como cooperação, autogestão e solidariedade, sendo uma maneira de



auxiliar os trabalhadores que desejam empreender a partir destes fundamentos (CIEPS, 2018, online). “O CIEPS tem como missão, promover a Economia Popular e Solidária, assessorando Coletivos Populares que gerem trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária por meio da indissociabilidade do Ensino, pesquisa e extensão (CIEPS, 2018, online)”

As iniciativas do CIEPS junto aos empreendimentos incubados são pautadas pelas práticas que vão ao encontro da definição de sustentabilidade, que Mézaros (2007) define como:

[...]. Estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem a mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais (MÉSZAROS, 2007, p.190).

Pautado nos valores acima descritos, como cooperação entre os trabalhadores, democracia nas relações, solidariedade nas ações, direitos humanos e cuidado com o ambiente, o Cieps atua no desenvolvimento educacional e técnico para o trabalho dos agricultores, baseando suas ações nos princípios da EPS e da Agroecologia, como uma maneira de gerar economia sem agredir a natureza, incentivando formas de produção e hábitos de consumo conscientes, responsáveis e sustentáveis (CIEPS, 2018, online).

O Cieps busca de forma constante levar informação aos agricultores através da incubação, oferece apoio a produtores familiares e seus empreendimentos, fornecendo uma formação no campo do trabalho vinculado à renda financeira que atuem dentro das diretrizes da Economia Solidária e também a formação para a transição agroecológica. Concomitantemente, leva estas informações ao público consumidor através das feiras agroecológicas realizadas semanalmente no espaço de convivência da Universidade de Uberlândia (CIEPS, 2018, online).

A participação expressiva de mulheres nas iniciativas de economia solidária contribui para a quebra de paradigmas de superioridade masculina nas atividades geradoras de renda, e são um contraste ao espaço predominantemente masculino do agronegócio. Considerando que o papel feminino é intrínseco a existência em comunidade e está relacionada às mais primitivas formas de organização social, as mulheres ocupam, historicamente, uma posição de inferioridade e vulnerabilidade, e é necessário que lhes seja oferecida a garantia de condições básicas para uma vida com dignidade. Os direitos femininos são, sem dúvida, produto de um extenso, e em constante construção, processo histórico.

Oliveira (2005, p. 4), afirma que

O empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida. Refere-se ao poder de defesa das especificidades das mulheres, da luta pela igualdade com os homens no acesso a direitos e aos espaços deliberativos. O empoderamento das mulheres se entrecruza com as dimensões de gênero, raça/etnia, classe, cultura, história.



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Defende o acesso a recursos, vantagens, informações, serviços e, principalmente, a participação das mulheres.

Atualmente, conforme dados do Atlas da Economia Solidária, em 19.708 empreendimentos solidários registrados, estima-se a presença de 11.237 mulheres, dentre as quais apenas 160 ocupam funções de coordenação ou direção do empreendimento. Ainda conforme o levantamento, 2.263 associadas afirmaram que a renda obtida pela atividade econômica da organização solidária é a única fonte de subsistência da família, enquanto outras 2.351 afirmaram que a maior parte da renda vem do empreendimento do qual fazem parte.

A presença feminina nas associações de economia solidária baseadas na agroecologia é uma forma de crítica a supremacia masculina das teorias economistas e de superação das relações tradicionais de produção e gênero. Conforme Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2014),

A complexidade e a riqueza tanto do pensamento feminista quanto da heterogeneidade das mulheres – diversas, de acordo com as articulações de classe, raça, casta, etc. – foram durante muito tempo desconhecidas, sobretudo nos estudos econômicos. As práticas e reflexões sobre as organizações de mulheres, frequentemente invisíveis ou consideradas insignificantes e sem legitimidade acadêmica, alimentaram as reflexões dos pesquisadores que reivindicam o feminismo e que elaboraram o conceito de gênero. (HILLENKAMP, GUÉRIN e VERSCHUUR, 2014, p. 10).

A organização de mulheres tem um papel determinante nos estudos feministas e para a evolução da legislação e de convenções internacionais sobre direitos políticos, sociais, culturais e econômicos das mulheres. Os empreendimentos femininos têm por característica a ideia do empoderamento, a partir de esforços coletivos de desconstrução das relações de poder e da divisão sexual do trabalho, através do movimento, de reivindicação e de discussão de seus direitos.

A observação dos empreendimentos incubados pelo Cieps/UFU evidenciou o papel das mulheres na efetivação de práticas sustentáveis e na transição agroecológica, uma vez que a mulher concentra tanto a atribuição de lidar com o alimento, prepará-lo e servi-lo, e por este motivo tem o controle da forma como deve ser guiada a produção, quanto o papel de criação dos filhos, para quem serão transmitidos os princípios da economia popular solidária como uma forma de organização social mais justa e igualitária.

Uma experiência que indica a predominância do feminino na EPS, no âmbito da universidade, é a Feirinha Solidária da UFU, promovida pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura por meio do Cieps. Esse é um espaço de comercialização dentro dos limites dos Campi Santa Mônica e Umuarama, fundado a partir de 2015 com do trabalho do Núcleo de Agroecologia do Cieps. Semanalmente, consumidores e produtores se encontram para produzirem trocas que vão para além daquela preconizada na economia de mercado - produto por dinheiro. Trocam-se vivências e esperanças de saúde e bem viver. Temos relatos de consumidores que passaram a frequentar a Feirinha por conta de doenças e, mesmo curados, continuam a comparecer semanalmente porque consideram melhorias em sua qualidade de vida. Famílias vêm com os



filhos, que ficam brincando no espaço, que propõe atividades culturais. Produtores e consumidores trocam receitas e sementes. A presença feminina dentre os agricultores no papel de produtores e comercializadores, de hortifrutis, artesanatos e conservas de alimentos é preponderante, principalmente na agroindustrialização e na produção de artesanatos, representando quase o dobro da quantidade de homens envolvidos no cultivo dos alimentos.

Do ponto de vista social, vários são os impactos da atuação das mulheres nas OPS incubadas no Cieps, na comunidade consumidora e na forma como as famílias percebem estas intervenções na lida diária de trabalho. Dentre eles, podemos destacar a inclusão de ações voltadas para a prática do trabalho solidário e obtenção de renda; a efetividade da prática da autogestão desenvolvida com os agricultores e seus reflexos nos empreendimentos familiares; a articulação entre as trabalhadoras, seja na produção de alimentos orgânicos ou nas oficinas de artesanaria; a melhoria da capacitação e técnicas de produção, a humanização nas relações construídas no trabalho, entre outros.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Iniciativas realizadas na comunidade voltadas para práticas de desenvolvimento tanto no âmbito econômico, como no social e também ambiental, vinculadas a um movimento de conscientização em relação às práticas comerciais e aos recursos que o ambiente oferece, podem possibilitar que a comunidade pondere a respeito de seu comportamento e da sua forma de se relacionar com os atores sociais e com ambiente em que vive.

No entanto, diversos são os desafios que permeiam estas associações, que são objeto de críticas quanto a sua efetividade como alternativa de emancipação. Para alguns autores (GRECCO, 2016; FOLBRE, 1997; LAVILLE, 1994), quando desligadas do real propósito da economia feminista, as cooperativas e associações femininas têm parte da responsabilidade na manutenção da estigmatização do trabalho feminino, bem como da perpetuação da exploração da mão de obra das mulheres em atividades domésticas ou consideradas incompatíveis com o universo masculino.

As redes de cooperação, desta forma, têm um papel determinante na consolidação de uma nova forma de trabalho para as mulheres, a partir da representatividade, da cooperação e principalmente da transformação das noções interiorizadas de inferioridade e dependência. A EPS, neste sentido, é vista como um espaço de construção não apenas de uma nova economia, mas de uma nova política que incentiva a emancipação e o empoderamento de mulheres, sua valorização e qualificação, de modo que seja possível falar em um sistema alternativo ao capitalismo mais igualitário e com efetiva contribuição para a distribuição de renda e de direitos.

Os cenários social e econômico, intimamente relacionados às políticas públicas vigentes, são diretamente responsáveis pelo futuro e desenvolvimento do país, razão pela qual se torna de extrema relevância que sejam abordados os pontos críticos e superadas as principais barreiras encontradas no



processo de emancipação feminina. No entanto, o atual momento político demanda uma auto-organização das mulheres, para que sejam construídas ações independentes do Estado e de fundos governamentais.

O atual momento político e os reflexos de um governo que valoriza o agronegócio em detrimento da agroecologia demonstram que o Brasil fracassou na proteção do meio ambiente e de seus cidadãos. Exemplos como o rompimento da barragem de Brumadinho/MG, apenas três anos após o crime ambiental ocorrido em Mariana, outra cidade mineira, em 2015, em decorrência da exploração desenfreada da mesma companhia, evidenciam o descaso do poder público com problemas tão graves quanto o desmatamento, a destruição e diminuição de áreas de preservação e o cuidado com as comunidades para atender aos interesses de grandes empresas.

Além disso, a flexibilização do uso de agrotóxicos e o desmonte do Ministério do Meio Ambiente e da FUNAI, por exemplo, cujas pastas encontram-se atualmente sob a gestão do Ministério da Agricultura, confirma a tendência de se priorizar os benefícios de latifundiários e grandes produtores, e reforçam a importância de se fortalecer os núcleos de defesa e de preservação dos princípios da agroecologia, prezando pelo desenvolvimento sustentável no real sentido do termo.

Neste sentido, faz-se necessário um empoderamento psicológico, social, político e econômico, mas para que se alcance este objetivo há de se promover a superação de barreiras históricas e culturais que limitam o gênero feminino. A autonomia e o fortalecimento de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica encontram uma alternativa com as organizações de economia solidária e a agroecologia, mas é necessário haver uma mudança de perspectiva sobre a forma como as próprias mulheres, bem como toda a sociedade, enxergam esta alternativa, reconhecendo os movimentos sociais e as ações coletivas femininas como vetores de mudança da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M.A.M. (orgs.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Manual prático. Vozes: Petrópolis. 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Política Nacional de agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm)>. Acesso em 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm)>. Acesso em 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/item/526>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica - PLANAPO**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso 18 dez. 2018

CARVALHO, Keila Lúcio de. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento**: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. Anais do I Circuito de Debates



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

- Acadêmicos IPEA. CODE, 2011. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf](http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2018.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, Lígia Mori (org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.
- DALLARI, Dalmo deAbreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2ª ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004.
- DINIZ, Juliana Mota; RIBEIRO, Luiza Azevedo. Sem feminismo não há agroecologia: oficinas comunitárias e troca de saberes entre as mulheres do Pré-Assentamento Lucilene Fernandes. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018.
- FERNANDES, José Eduardo; BETANHO, Cristiane (orgs). **Economia Popular Solidária Nosso Sul: a transformação pela solidariedade**. Uberlândia: Navegando, UFU, PROEXC, CIEPS, 2017.
- FOLBRE, N. (1997). **De la différence des sexes em économie politique**. Paris: Des Femmes.
- GRECCO, F. S. Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante Divisão Sexual do Trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.20 n.36, p.38-50, jan./jun. 2016.
- HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A Economia Solidária e as Teorias Feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Revista de Economia Solidária**. Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico, nº 7, p. 5-43. ACEESA. Ponta Delgada, 2014.
- LAVILLE, Jean-louis (1994). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NATIVIDADE, Daise Rosas. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Rev. Adm. Pública** vol.43 nº. 1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000100011>>. Acesso em 20 jan. 2019.
- OLIVEIRA, Bernardo Carlos S. C. M.; SANTOS, Luis Miguel Luzio. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p.189-206, jan./fev. 2015.
- SANTOS, Vinicius Correia. **Economia Solidária no Brasil: o ideal e a realidade**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista – BA. n. 15 p. 129-153 2013.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. Brasil: Cengage Learning, 2013.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- UBERLÂNDIA. CIEPS. (Org.). **CIEPS: Centro de Incubação e Empreendimentos Populares Solidários**. 2018. Disponível em: <<http://www.Cieps.proexc.ufu.br/node/1>>. Acesso em: 25 nov. 2018.